



ACÓRDÃO Nº443/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11481/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico - COHASB
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Ronni Kley Lustosa Torres (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1388/2017-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Indireta dos Municípios do Interior. Companhia Humaitaense de Águas e Saneamento Básico - COHASB. Exercício de 2015.

Irregularidade. Revelia. Multa. Alcance. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. Ronni Kley Lustosa Torres, responsável pelas Contas Anuais da COMPANHIA HUMAITAENSE DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO - COHASB, EXERCÍCIO DE 2015, nos termos do art. I.º, II c/c os arts. 22, III, da Lei n. 2423/96, em face da prática de atos contrários às normas legais e contábeis supracitadas;
- 9.2. **Considerar revel** o Sr. Ronni Kley Lustosa Torres, nos termos do art. 88, da Resolução n. 04/02-TCE, bem como, seja aplicada multa, nos termos do art. 54, IV, da Lei n. 2423/96, pelo não-atendimento sem causa justificada à notificação desta Corte de Contas;
- 9.3. **Aplicar Multa** ao Sr. Ronni Kley Lustosa Torres no valor de R\$ 6.576,18 (seis mil quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.



ACÓRDÃO Nº443/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 9.4. Aplicar Multa** ao Sr. Ronni Kley Lustosa Torres no valor de 8.768,25 (oito mil setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do artigo 308, VI da Resolução 04/2002-TCE, em razão das demais irregularidades, por **atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (art. 54, inciso II da Lei n. 2423, de 10.12.1996 (NR))**. (Inciso acrescentado pelo artigo 2º da Resolução Nº. 25, de 30 de agosto de 2012), os quais devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.5. Considerar em Alcance** em decorrência da GLOSA o Sr. Ronni Kley Lustosa Torres no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) relativo ao pagamento de diárias sem comprovação do deslocamento, nos termos do art. 304, III da Resolução nº. 04/2002 TCE/AM, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Humaitá pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.6. Considerar em Alcance** o Sr. Ronni Kley Lustosa Torres no valor de R\$ 4.876,61 (quatro mil, oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e um centavos), em decorrência da glosa relativo ao pagamento de juros de mora e multas por atraso no recolhimento de contribuições previdenciárias que geraram ônus desnecessário à Administração que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Humaitá, pelas improbidades apontadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.
- 9.7. Determinar** ao Sepleno - Secretaria do Tribunal Pleno, que:
- a. Dê ciência à Secretaria da Receita Federal** sobre a ausência do recolhimento do IRRF e do INSS. **(item 8);**
 - b. Dê ciência ao Humaitaprev** quanto aos atrasos e ausências de recolhimento das contribuições patronais e de servidores **dos meses de janeiro a agosto, setembro e dezembro/2015, recolhidas com atraso pela COHASB e que resultou em dispêndios com juros e multas no valor de R\$ 4.876,61 e competências outubro, novembro, dezembro e 13º Salário, no valor total de R\$ 11.607,43, (itens 11 e 12);**
 - c. Encaminhe** à atual Administração do Órgão **COHASB**, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas



ACÓRDÃO Nº443/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

irregularidades em Prestação de Contas futuras.

10- Ata: 12ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de Abril de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora Geral, em substituição.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA

Procuradora Geral, em substituição